

COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA
Ata da 9ª Reunião Extraordinária do Comitê do Fundo de Transição

Data: 21 de fevereiro de 2017	Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Sala Multimídia do Gabinete do Ministro 5º andar – Brasília/DF
Horário: 10:30 até 16:30 hs	
Número total de participantes: Número De Membros Institucionais: 3 Número De Membros Corporativos: 1 Número De Membros Individuais: 0 Membros Do Governo: 1 Número de outros participantes 1) Consultor intrínseco – ICMBio - 2 2) Secretaria e outros observadores: 15 Listagem completa de participantes: em anexo Presidente da reunião: Antônio Paulo de Azevedo Sodré	

Agenda do Dia:

1. Introdução: Boas vindas, encaminhamentos e deliberações da última reunião
2. Atualização sobre composição:
 - Portaria Composição CP;
 - Ministério do Planejamento no CFT
3. A questão da inserção dos OGs estaduais:
 - Andamento da consultoria contratada
4. Apresentação sobre o Rappam x Arpa
5. Atualização sobre criação das novas UCs e deliberação sobre aporte adicional solicitado
6. Atualização sobre Programa Paisagens Sustentáveis (Doação GEF)
7. Atualização sobre Condições de Desembolso
8. Discussão sobre proposta para nova rodada de captações privadas
9. Proposta BNDES
10. Ativos financeiros:
 - Atualização sobre desembolsos KfW
 - Atualização contratação gestor de ativos internacional e transferência de recursos FAP
11. Execução Financeira:
 - Atualização sobre a revisão do modelo financeiro
12. Migração de UCs da Fase II para FT – Aporte adicional
13. Encerramento da reunião

Anotadas as presenças de 3 membros doadores institucionais do Comitê do Fundo de Transição (CFT), Antônio Paulo de Azevedo Sodré (WWF Brasil), Meg Symington (WWF US), Christian Lauerhass (KfW); 01 membro doador corporativo Arthur Liacre (Anglo American); 01 membro do governo Warwick Manfrinato (MMA) e do Consultor Intrínseco, o ICMBio, representado por Paulo Carneiro. Estiveram presentes também, Welles Abreu e Camila Praxedes (SECEX MMA), Thiago Barros e Renata Gatti (MMA), Julia Zapata, Ana Tejima e Fernanda Santos (ICMBio), Marina Campos (Moore Foundation), Raissa Moreira (Anglo American), Marco Lentini (WWF-BR), Adriana Moreira (Banco Mundial) e Rosa Lemos, Manoel Serrão, Ilana Nina e Clarissa Pimenta do Funbio, instituição encarregada de exercer as funções de Secretaria Executiva do CFT.

O Presidente do Comitê do Fundo de Transição (CFT), Antônio Paulo de Azevedo Sodré, preside a reunião. O Presidente dá início aos trabalhos às 10:30h da manhã declarando aberta a reunião.

I. ITEM 1 DA PAUTA APROVADA: Introdução: Boas vindas, encaminhamentos e deliberações da última reunião

Paulo Sodré abre a reunião cumprimentando a todos, e lembrando os encaminhamentos da última reunião. Ressalta um ponto importante, que é a operação do Painel Científico de Aconselhamento (PCA), que não está funcionando bem. Comenta que a participação do Painel ainda

é insuficiente, os pareceres encaminhados a respeito da recomendação para criação das novas áreas foram de apenas dois membros e foram muito resumidos e com poucos detalhes, não há ata de reunião e isso torna difícil a avaliação. Paulo sugere que o Funbio participe das reuniões do PCA, enquanto Secretaria do CFT, como forma de intermediar a comunicação e funcionar como um canal entre o PCA e o CFT.

II. ITEM 2 DA PAUTA APROVADA: Atualização sobre composição:

Paulo passa a palavra ao Warwick (MMA), que inicia falando sobre a participação do Ministério do Planejamento no CFT, com a presença na reunião de Welles Abreu e Camila Praxedes. Welles se apresenta e explica que trabalha agora na Secretaria Executiva do MMA mas é servidor de carreira do Planejamento. Warwick informa que o Secretário Executivo Marcelo Cruz também trabalhou no Ministério do Planejamento, então a presença desses membros auxilia nas discussões, ainda que o MP não tenha indicado um representante oficial para o CFT até o momento.

Warwick passa a palavra ao Thiago, que fala sobre a Portaria publicada em 14/02/17, em grande parte pelo esforço e interesse pessoal do Secretário Marcelo Cruz como forma de designar formalmente os membros para essa reunião do CFT, conforme define o Decreto nº 8505, de 20/08/2015. A portaria traz a indicação de representantes de cada uma das instituições que fazem parte do Comitê, fazendo também menção explícita à participação da Comissão de Gestores nas reuniões do CP.

O Ministério do Planejamento enviou à UCP a indicação do representante para o CP, mas devido a um entendimento diverso, considerando a relação do Programa Arpa com a questão fundiária, foi indicada a representação da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Thiago informa que estão em tratativas para que além da SPU seja feita a indicação de representante da Secretaria de Orçamento Federal, que acompanharia tanto as reuniões do CP quanto as do CFT.

Paulo ressalta que temos uma questão com relação ao teto de gastos, já que os órgãos precisam aumentar o orçamento (contrapartida) em 3% ao ano, o que será uma questão sensível especialmente nesse momento de cortes orçamentários. Nesse sentido, é importante ter um representante que possa informar o que podemos esperar. Reforça também que essa pode ser uma oportunidade para buscarmos alternativas como os recursos de compensação ambiental e outras fontes que poderiam ser consideradas como contrapartida no Programa.

Warwick informa que essa discussão tem sido frequente nas diferentes reuniões do Ministério, e que apesar do momento difícil está otimista com relação às reações e diálogo que tem acompanhado, e acredita que nos próximos meses terão a oportunidade de tratar disso de forma diligente.

III. Item 3 da pauta aprovada: A questão da inserção dos OGs estaduais

Thiago segue apresentando o andamento da consultoria contratada para avaliar como funcionam as relatorias financeiras dos diferentes OGs e sugerir como eles podem convergir para atender às demandas de relatoria do Arpa FT. Foram visitadas até o momento as SEMAs do Mato Grosso e Amapá, e há uma visita agendada ao ICMBio em 23 e 24 de fevereiro e ao IDEFLOR-Bio (Pará) nos dias 02 e 03 de março.

O principal objetivo é verificar o quão pronto estão os sistemas hoje para detalhar os dados de contrapartida por Marco Referencial do Arpa. Thiago coloca que dificilmente um sistema que é utilizado por diferentes secretarias irá detalhar os gastos por Marco Referencial e por UC, como exige a relatoria do FT, mas que precisamos trabalhar em algum mecanismo de correspondência onde os dados gerados possam ser classificados posteriormente dentro do formato exigido pelo Programa.

Paulo pergunta como são feitas as entrevistas, e Thiago esclarece que é feito um primeiro contato com pontos focais de cada órgão gestor, que fazem a articulação interna e apontam quem são as pessoas mais indicadas para fornecer as informações necessárias. Nesse sentido, podem ser entrevistadas subunidades dentro do OG ou também outros órgãos responsáveis pelo planejamento, gestão e orçamento, que estariam fora da Secretaria de Meio Ambiente, mas podem prestar informações relevantes para a consultora.

Paulo questiona qual é o produto final esperado da consultoria, e Thiago explica que o diagnóstico permitirá a comparação do nível de estruturação dos sistemas estaduais e o nível de atendimento às necessidades do programa. O produto final será um documento propositivo sugerindo os ajustes que podem ser realizados sem grandes custos, de forma a permitir uma conversa mais direta entre os sistemas dos estados e os modelos de relatoria do Programa. Um possível passo seguinte seria fornecer algum aporte em termos de capacitação institucional ou financeiro para que os ajustes sejam implementados. Paulo pergunta quem acompanha as ações da consultora, e Thiago responde que existe uma Comissão de Acompanhamento da qual fazem parte o Funbio, MMA e WWF.

Thiago segue apresentando os dados da visita ao Amapá, informando que o sistema já faz a distinção entre os recursos orçamentários e extra orçamentários que contribuem para a realização das atividades e tem também informação sobre a disponibilidade financeira, bem como dos recursos de compensação e aportes do setor empresarial que fazem parte da composição do orçamento das UCs. No entanto, a maior parte dos recursos para manutenção de UCs vem do Programa Arpa, e o sistema não emite relatoria por UC ou por região.

Com relação ao Mato Grosso, o sistema financeiro também classifica receitas e despesas entre orçamentárias ou não orçamentárias e é possível a integração desses sistemas financeiros com as demandas de relatoria do Arpa. O sistema emite relatoria regionalizada, mas não em nível de UC. É necessário, portanto avançarmos em conversas propositivas sobre como detalhar os dados de forma a identificar os recursos que vão para cada UC. As visitas das próximas semanas ao ICMBio e Pará ajudarão a construir esse panorama.

IV. Item 4 da pauta aprovada: Apresentação sobre o Rappam x Arpa

Mariana Ferreira (WWF-BR) apresenta os resultados preliminares do estudo realizado em parceria com o Funbio. Ressalta que as últimas aplicações do Rappam tiveram grande apoio do ICMBio e do Arpa, e decidiu-se utilizar o grande volume de resultados dos últimos dez anos para desenvolver uma publicação/estudo sobre o efeito do Arpa na efetividade de gestão das UCs.

Os objetivos do estudo foram (1) entender e evidenciar estatisticamente a relevância dos investimentos do Arpa nas UCs da Amazônia, (2) compreender quais elementos da gestão foram mais impactados pelos investimentos do Programa e (3) gerar subsídios para orientar novas decisões, investimentos e o monitoramento do Programa.

Explica o que é o Rappam, um dos métodos de avaliação da efetividade de gestão das áreas protegidas mais utilizados mundialmente. Quem responde os questionários são os gestores das UCs. Em 2005 e 2010 a aplicação dos questionários foi realizada presencialmente em oficinas, e em 2015 considerou-se que já havia conhecimento e familiaridade suficiente por parte dos gestores e o preenchimento do questionário foi realizado à distância, com posterior validação dos resultados em oficinas presenciais.

Dentre os diversos itens do Rappam, aqueles que entram no cálculo final da efetividade de gestão são: Planejamento da UC, Insumos, Processos e Resultados. Mariana esclarece que o Rappam é prioritariamente um método para avaliar o sistema de UCs como um todo, e não a análise de cada UC pontualmente. Métodos complementares, como o SAMGe, podem ser utilizados conjuntamente para uma análise mais completa.

O Rappam já foi aplicado em mais de 300 UCs federais e 250 estaduais, atingindo mais de 80% da área protegida no Brasil. Na Amazônia, praticamente todas as UCs já foram avaliadas ao menos uma vez, à exceção das UCs recém-criadas.

Foi contratado por meio do Funbio um consultor em estatística, para auxiliar no desenho das análises e análise das amostras. Devido à incompletude de dados para as UCs estaduais nos três ciclos de aplicação, foram utilizadas nesse estudo apenas as UCs federais da Amazônia. Além disso, foram consideradas apenas as UCs dentro das cinco categorias apoiadas pelo Arpa (REBIO, Parque, ESEC, RESEX e RDS), que foram divididas entre os grupos UCs Arpa x UCs Não-Arpa.

Feito esse recorte, foram utilizados nas análises o seguinte número de UCs em cada grupo/ciclo de aplicação do Rappam:

	2005	2010	2015
Arpa	20	43	54**
Não-Arpa	46	38	21
Total	66	81*	75

* 2010 foi o ano com maior adesão, quando todas as UCs federais preencheram o questionário

**Em 2015, todas as UCs Arpa responderam ao questionário

As análises estatísticas buscaram avaliar se (1) houve um avanço das UCs entre 2005 e 2015 em cada módulo avaliado e (2) em cada ciclo de aplicação (2005, 2010 e 2015), houve diferença significativa entre a performance das UCs Arpa e Não-Arpa.

Os resultados da primeira análise mostraram que as UCs Não-Arpa não tiveram avanço significativo na efetividade geral de gestão entre os anos de 2005 e 2015, enquanto as UCs apoiadas pelo Arpa tiveram avanço significativo entre 2005 e 2015 e entre 2010 e 2015.

Mariana esclarece que de 2005 a 2015 muitas das UCs federais na Amazônia entraram no programa, por isso o tamanho amostral das UCs Não-Arpa fica reduzido enquanto o das UCs Arpa aumenta. No entanto, as análises utilizadas abarcam esse tipo de mudança nos grupos ao longo do tempo.

Analisando os dados em cada ciclo de aplicação, verifica-se que não havia diferença significativa da efetividade geral de gestão entre as UCs Arpa e Não-Arpa em 2005, mas essa diferença fica evidente nos anos de 2010 (UCs Arpa com pontuação 10% superior) e 2015 (13% superior).

Arthur Liacre (Anglo American) comenta que seria interessante utilizar esse tipo de métrica para a captação privada, mostrando o impacto dos investimentos do Programa na efetividade de gestão das UCs. Warwick concorda e sugere ampliar ainda mais as análises, comparando com os dados de desmatamento na região.

Adriana Moreira cita também o estudo realizado pelo consultor Britaldo Soares-Filho sobre o papel das UCs do Arpa na redução do desmatamento, e ressalta a importância de disseminar esses resultados para os doadores e demais parceiros. Sugere a realização de um seminário internacional no dia da Amazônia (05 de setembro) em comemoração aos 15 anos do Programa Arpa, mostrando a evolução do programa e os resultados e impactos dos investimentos de longo prazo. Paulo apoia a ideia e informa que o WWF está à disposição para apoiar o evento. Warwick informa que o MMA criou um comitê interno para a comemoração dos 15 anos do Arpa, e sugere um ciclo de comemorações.

Manoel comenta que seria interessante utilizar também os dados de Monitoramento da biodiversidade que estão sendo levantados pela DIBIO/ICMBio (subcomponente 4.4 do Arpa), fazendo um cruzamento dos dados de efetividade, áreas prioritárias, desmatamento, clima e biodiversidade. Reforça que esses resultados são excelentes argumentos para captar mais recursos para o Programa.

Mariana retorna às análises por módulos. Em 2005, o único módulo que apresentou diferença significativa entre as UCs Arpa e Não-Arpa foi o de Objetivos da UC, no qual as UCs Arpa apresentaram um desempenho superior. Mariana explica que essa diferença deve ser explicada pela própria seleção das UCs que entraram no programa, que já deveriam ter alguns elementos como Consulta Pública, por exemplo, já conferindo às UCs um melhor desempenho nesse item.

Em 2010, as UCs Arpa apresentaram melhor desempenho nos seguintes módulos: Objetivos, Comunicação e Informação, Resultados, Efetividade de Gestão, Recursos Financeiros, Infraestrutura, Planejamento da Gestão e Tomada de Decisão.

Em 2015, os módulos nos quais as UCs Arpa mantiveram um desempenho superior às UCs Não-Arpa foram Efetividade de Gestão, Recursos Financeiros, Infraestrutura, Planejamento da Gestão e Tomada de Decisão. Discutem-se então as possíveis razões desse resultado.

Marina Campos (Maitê) questiona a falta de avanço no item Recursos Humanos. Mariana informa que não esperava esse avanço pois a política e gestão dos Recursos Humanos é do ICMBio, e que as perguntas do Rappam nesse item têm um aspecto mais voltado às políticas institucionais que às questões apoiadas pelo Programa. No entanto, lembra que o Arpa tem um componente de capacitação que poderia potencialmente influenciar esse item.

Há uma discussão sobre o item Pesquisa e Monitoramento, que não teve diferença entre as UCs Arpa e Não-Arpa, apesar de receber apoio do Programa. Renata Gatti (UCP/MMA) esclarece que o apoio para Pesquisa e Monitoramento era realizado apenas para UCs de grau II, tendo, portanto, menor impacto no conjunto total das UCs.

Mariana finaliza falando dos próximos passos, quando os resultados serão validados e verificadas suas possíveis causas através de entrevistas com atores importantes do Programa. O objetivo é que o estudo seja divulgado e publicado em um formato técnico, mais completo, e também em formato científico para revistas internacionais.

Warwick parabeniza a iniciativa e fala da importância de estudos desse tipo. Informa que o MMA formou um grupo recentemente para desenvolver um modelo de custos para UCs, fazendo uma compilação do que já existe e onde estão as lacunas que precisam avançar.

V. Item 5 da pauta aprovada: Atualização sobre criação das novas UCs e deliberação sobre aporte adicional solicitado

Thiago informa que o Arpa apoia hoje pela Fase II 10 processos de criação em um total de 2.5 milhões de hectares. Alguns já estão em execução realizando atividades como consulta pública e diagnósticos e alguns aguardam o ACT com o estado de Roraima para iniciar sua execução.

Além desses, a UCP recebeu mais 12 propostas de criação estaduais que passaram pela análise à distância do Painel Científico de Aconselhamento (PCA), que enviou dois pareceres (Eraldo Matricardi e Eduardo Venticinque) favoráveis ao apoio a esses processos de criação. Com base nesses pareceres, a UCP desenvolveu a análise da necessidade financeira para apoio a esses processos apresentado na reunião do Comitê do Programa em 18/11/2016 considerando a inclusão dos processos na Fase II ou FT.

A modelagem de custos do FT prevê um total de R\$2.865.527 do FT para apoiar processos de criação, de forma a atingir a meta de 6 milhões de hectares criados na Fase III. Os custos estimados pela UCP chegam ao valor de R\$2.729.778,96 para atender aos 12 processos apresentados. Desse total, a proposta da UCP seria de alocar quatro processos em um total de 187.729 ha na Fase II, totalizando R\$851.467,02 e sete processos no FT, totalizando R\$1.878.311,94 para apoiar uma área de 2.300.303 ha pelo FT. A SEMA/AC informou que tem recursos externos ao programa para o processo da Gleba Afluente, portanto esse processo não foi incluído no modelo de custos do Arpa.

Thiago consulta o CFT quanto à aprovação do desembolso nesse valor (R\$1.878.311,94) para a inclusão dos sete processos no FT:

Nº	Nome da UC	OG	Área (ha)	R\$ necessário	Fonte proposta
1	Gleba Afluente	AC	155.126	-	Recursos externos ao Programa
2	PE das Nascentes	RR	484.235	R\$ 260.320,42	Fase III
3	PE Catrimani	RR	475.664	R\$ 260.320,42	Fase III
4	RDS Xeruíni	RR	360.520	R\$ 300.369,71	Fase III
5	REBIO Pauini	AM	554.716	R\$ 260.320,42	Fase III
6	RDS do Piranha	AM	137.788	R\$ 195.240,31	Fase II
7	RESEX Mamiá	AM	299.174	R\$ 236.290,84	Fase III
8	PE Serra Grande	RO	23.185	R\$ 184.370,00	Fase II
9	RDS Limoero	RO	18.924	R\$ 300.369,71	Fase II
10	PE Ilha das Flores	RO	89.628	R\$ 260.320,42	Fase III
11	RDS de Surpresa	RO	36.366	R\$ 300.369,71	Fase III
12	RESEX do Rio Machado	RO	7.832	R\$ 171.487,00	Fase II
Subtotal Fase II			187.729	R\$ 851.467,02	Modelo de Custos R\$ 2.865.527,00
Subtotal Fase III			2.300.303	R\$ 1.878.311,94	
Total			2.643.158	R\$ 2.729.778,96	

Thiago informa que com esses 12 novos processos o Arpa passaria a apoiar uma área de mais 2.6 milhões ha de criação, atingindo o total de 5.1 mi ha em novas áreas e contribuindo para o atingimento da meta tanto na Fase II quanto na Fase III.

Rosa pergunta se o apoio à criação dessas áreas não necessariamente garantiria seu apoio à consolidação posteriormente e Thiago confirma que não, já que antes do fim do processo de criação não é possível saber qual a categoria efetiva da UC e se ela estaria entre uma das cinco categorias apoiadas pelo programa.

Adriana ressalta que inicialmente o FT foi idealizado principalmente pensando na manutenção de longo prazo das UCs, e não tanto nos investimentos. Questiona também a respeito das propostas de criação em âmbito federal, e por que não estão sendo apresentadas. Thiago lembra que existem atualmente 10 processos estaduais já correntes com recursos da Fase II, três deles aguardando o ACT com o estado de Roraima. Adriana informa que gostaria de verificar as propostas de criação federais, pois historicamente as UCs estaduais tem maior dificuldade política, de execução, redução de área e dominialidade da terra, já que grande parte das áreas é criada em glebas federais. Além disso, não há garantia de que em longo prazo as áreas serão mantidas. Cita a situação do PE

Cristalino, que foi reduzido em cerca de 30 mil hectares recentemente e outros casos de UCs criadas no estado de Rondônia e que hoje não existem mais.

Adriana solicita então a listagem das áreas federais que já tiveram os estudos e consultas realizados e que aguardam apenas a publicação dos decretos para sua criação, e sugere que deve-se dar prioridade a esses processos. Thiago informa que foi realizada uma oficina recentemente com o ICMBio para discutir a criação de novas áreas federais no bioma Amazônico e também nos demais biomas, onde o ICMBio apresentou uma lista com 36 áreas prioritárias para trabalho. Quatro dessas áreas teriam possibilidade de apoio pelo Arpa, mas até o momento o ICMBio não oficializou o pleito junto ao MMA. Sendo assim, Thiago defende que para atingirmos a meta do programa devemos avançar paralelamente com os estados, especialmente considerando que o ICMBio precisa avançar na criação em outras regiões (marinha, outros biomas), e, portanto, não necessariamente teriam interesse em investir na criação na Amazônia.

Warwick informa que o ministro tem informado com frequência ao ICMBio e MMA que deseja acelerar muito o processo de criação de UCs, e passa a palavra ao Paulo Carneiro. Paulo informa que de fato há diversos processos em estágio adiantado de discussão, especialmente em RR e no litoral, que necessitam de contratação na área de Geoprocessamento e a DAP/SBF vem conversando com o governo de RR a respeito da criação de áreas no estado. Lembra também que o PN Rio Novo foi ampliado em 480 mil ha recentemente, contabilizando para a meta do programa.

Adriana lembra que a contrapartida e seu aumento a longo prazo é uma questão importante no programa, e sugere aproveitar a oportunidade e vontade política do ministro para focar os recursos para apoiar a criação das áreas federais, considerando que já existe apoio da Fase II para os processos estaduais. Defende que antes de aprovar o aporte do FT para criação deve-se pressionar para que os estudos que já estão sendo apoiados na Fase II resultem em efetiva criação de áreas, garantindo o atingimento das metas e não apenas o desenvolvimento de estudos que não resultam na criação de UCs. Comenta também que é mais fácil desfazer criações estaduais do que federais, que precisam de maioria na Câmara para derrubar um decreto presidencial.

Marco Lentini (WWF) coloca que estamos possivelmente nas últimas oportunidades de criação e adesão de UCs no programa, e que, portanto, isso deve ser bem pensado considerando áreas de excepcional importância para a biodiversidade, como por exemplo a região de recife amazônico descoberta recentemente. Sugere que o CFT provoque o debate das áreas que deveriam ser incluídas no programa com base em suas prioridades, e considerando ecossistemas e áreas ainda subrepresentadas no programa. Paulo Carneiro menciona a metodologia que a DIBIO está desenvolvendo para identificar áreas prioritárias e priorizar propostas de criação. Warwick comenta que é nesse sentido que as decisões do MMA vêm sendo tomadas, considerando além da relevância biológica também a importância para a conectividade.

Thiago informa que os processos apresentados foram decididos com base em muitas visitas, conversas e discussões dentro da SBF, considerando as questões de representatividade e áreas prioritárias. Argumenta que essas questões já passaram pela aprovação do PCA e do CP, e que de acordo com o MOP, uma vez aprovado o aporte de recursos pelo CP e aprovadas as propostas de

criação pelo PCA os recursos são direcionados para a criação, não cabendo nova análise e revisão pelo CFT. Thiago coloca que a não aprovação dos recursos pode gerar um desconforto político e perda de oportunidades políticas dentro do MMA e na relação com os parceiros estaduais.

Adriana esclarece que não está defendendo o cancelamento dos recursos, apenas o adiamento da sua liberação, considerando que há cerca de 5,6 milhões de hectares onde foram realizados os estudos com financiamento do programa, e que posteriormente os processos foram suspensos por solicitação do órgão gestor. Thiago coloca que isso pode ocorrer no âmbito federal quanto no estadual. Adriana defende novamente que a liberação dos recursos do FT seja adiada enquanto aguardamos os resultados dos processos de criação já em andamento no programa, funcionando como forma de pressão para que os estudos resultem na criação de áreas, efetivamente.

Thiago lembra que essa decisão já havia sido adiada na última reunião, em novembro de 2016, e sugere então uma revisão da Condição de Desembolso 8, que reduz em 15% o aporte de recursos caso a meta de criação não seja atingida.

Rosa pergunta sobre os processos que estão engavetados na Casa Civil, e sua possível contribuição para o atingimento da meta. Warwick sugere como encaminhamento que seja feita uma articulação institucional com a Casa Civil para verificar e pedir esclarecimentos sobre a condução dos processos engavetados, e que entende que essa questão não deve ser impeditiva para a votação de aprovação dos recursos.

Thiago apresenta a tabela com a previsão de atingimento da meta de criação:

Área (ha)								
Fase	Meta de criação	Criada com apoio (a)	Excedente Fase I + contrapartida (b)	% da meta atual (a+b)	Apoiada atualmente (c)	Aprovada pelo CP (d)	a+b+c+d	% da meta prevista (a+b+c+d)
II	13.500.000	2.045.218	6.934.833	67%	2.514.224	2.488.032	13.982.307	104%
				34%				
III	6.000.000						7.859.615	117%

Na Fase II temos atualmente cerca de 67% da meta atingida. Somando-se a área dos processos apoiados atualmente e os 2.488.032 hectares de novas propostas aprovadas pelo CP, seriam atingidos 104% da meta de 13,5 milhões de hectares.

Na Fase III, temos atualmente 34% da meta atingida, já que são contabilizados 2.045.218 hectares criados com apoio da Fase II a partir de 2014. Somando-se a área apoiada atualmente e a área aprovada para apoio pelo CP, atingiríamos 117% da meta.

Adriana ressalta que esses valores assumem que 100% dos processos seriam criados e em categorias apoiadas pelo programa, o que de acordo com o histórico não é real. Informa que foram financiados

com recursos da Fase II do Arpa estudos de criação em 14,3 milhões de hectares, e apenas uma parte reduzida dessa área foi criada e conta para a meta do programa (cerca de 3 milhões ha). Insiste então que a liberação desse novo aporte deve ser utilizada como ferramenta de negociação com os estados para garantirmos uma maior concretude dos processos de criação já em andamento.

Paulo Sodré coloca que é crítico considerarmos tanto as questões técnicas quanto as questões políticas na discussão, e sugere que busquemos um meio de conciliar as conversas e acordos já realizados com os órgãos envolvidos sem abrir mão das análises de relevância e prioridade de criação defendidas pelo CFT. Sugere que sejam reanalisadas as propostas sob o ponto de vista mais técnico, inclusive embasando melhor e identificando se o apoio às áreas pequenas é realmente relevante, já que o custo por hectare de criação dessas áreas acaba sendo muito maior comparativamente.

Manoel aponta que o impacto financeiro do aporte solicitado é quase insignificante para o CFT, e concorda com Thiago que é relevante considerar a fragilidade política que pode ser gerada pelo não investimento nesses processos com discussão já encaminhada internamente. No entanto, enquanto o impacto desse apoio à criação seria baixo no modelo, uma possível entrada dessas UCs, especialmente as quatro áreas pequenas em RO no FT futuramente teria grande impacto no modelo de custos já que essas áreas corresponderiam a menos de 0,5% do conjunto total de áreas protegidas mas poderiam representar um custo de R\$50 milhões para consolidação e manutenção no FT posteriormente. É importante então administrar a expectativa dos estados quanto ao não apoio à manutenção dessas áreas com recursos do programa após sua criação.

Christian diz que gostaria de conhecer as outras propostas de criação no pipeline e, caso elas existam, concorda que deve ser feita uma análise mais elaborada antes da deliberação. Adriana reforça que sua preocupação é mais política do que técnica, e que é necessário termos os resultados dos processos de criação em andamento antes de aprovar o apoio a novos processos. Sendo assim, sugere aproveitarmos a vontade política do ministro para revisar os processos parados e tentar dar encaminhamento a eles.

Marco Lentini sugere uma reunião do ICMBio, WWF e PCA para ouvir a opinião técnica dos membros do PCA a respeito das propostas. Warwick e Thiago colocam que os pareceres técnicos do PCA já foram encaminhados, e que, portanto, essa reunião não seria necessária. É discutido o nível de detalhamento dos pareceres encaminhados pelo PCA, considerado insuficiente para a deliberação do CFT. Thiago lembra que os membros do PCA não são remunerados, o que dificulta a realização de reuniões presenciais ou mesmo a participação e parecer de todos os membros.

Encaminhamento 1: Criação de um grupo de trabalho que irá reavaliar as propostas levando em conta a representatividade, importância para biodiversidade e a conectividade de cada uma, dando maior subsídio para a deliberação do CFT. Realização de reunião conjunta desse GT com o PCA ao final de março de 2017 e encaminhamento da deliberação ao CFT.

Encaminhamento 2: Revisar os estudos já apoiados com recursos do programa, verificando porque foram suspensos e a possibilidade de prosseguimento. Com base nessas informações, deliberar na próxima reunião sobre o apoio ou não aos processos de criação pelo FT.

VI. Item 6 da pauta aprovada: Atualização sobre Programa Paisagens Sustentáveis (Doação GEF)

Adriana informa sobre o andamento do projeto, que envolve o Brasil, Peru e Colômbia. São realizadas reuniões frequentes por áudio conferência, e a cada seis meses são realizadas reuniões presenciais por meio de workshops de coordenação e reunião do Comitê do Programa. Já foram realizados workshops no Peru e na Colômbia e o próximo será em Brasília, provavelmente no início de maio.

Os três países estão na etapa de elaboração dos documentos, que tinha previsão de entrega em maio e a ideia é estar até o final do semestre com o CEO endorsement feito. A aprovação no board do banco está prevista para agosto, no caso do projeto brasileiro, possibilitando a assinatura do contrato e início do projeto já no segundo semestre.

O Componente 1 do Programa Paisagens Sustentáveis corresponde à doação de US\$30 mi para o ARPA FT. Além desse, existem outros três componentes cujos focos são a restauração, estratégias para a criação de corredores e conectividade entre as áreas protegidas, políticas públicas e intercâmbios e capacitações.

Adriana informa que em reunião recente do GEF 7 para discutir quais as áreas prioritárias para financiamento o programa foi incluído, sendo criada inclusive uma linha no GEF chamada Amazon Sustainable Landscapes, deixando claro o interesse do GEF em continuar apoiando o programa no futuro.

Paulo Sodré pergunta se há integração com o Itamaraty, e Adriana informa que são o ponto focal político do Brasil no projeto e participaram intensamente na fase de elaboração da proposta.

Thiago complementa informando que além do componente 1, relativo ao Arpa, houve um grande esforço do MMA para o desenvolvimento da matriz lógica e cadeia de resultados dos demais componentes, gerando planos de trabalho detalhados e com orçamentação. Estão agora nas discussões finais de consideração das salvaguardas e finalização das Tracking Tools, incluindo a parte de carbono e manejo florestal sustentável. Adriana estende o convite ao ICMBio para participar com o aporte técnico e experiências de gestão.

Adriana levanta a questão dos projetos comunitários apoiados na Fase II pelo subcomponente 2.3 (PAS e PPI) e a importância de dar prosseguimento a esse apoio pelo Fundo de Transição, tanto por sua relação direta com a questão das salvaguardas como pela sua importância enquanto criador de condições favoráveis à permanência das UCs localmente em um contexto de expansão da fronteira agrícola e animosidade em relação às áreas protegidas.

Thiago esclarece que na Fase II os apoios foram realizados por meio de editais de apoio que contemplaram apenas algumas UCs do programa, e que na Fase III esse desenho não é contemplado. **Deve-se então avaliar de que forma seria realizado o apoio pelo FT, para incluir na**

modelagem financeira e apresentar para aprovação no CFT ainda esse ano evitando o gargalo de apoio na transição entre as Fases II e III.

Manoel coloca que esse apoio poderia também ser abordado junto ao BNDES, incluindo na proposta que será apresentada a eles um componente de apoio comunitário já que esse é um tema de interesse e poderia ajudar na negociação. Thiago lembra que um eventual apoio pelo BNDES teria um recorte espacial e temporal, inclusive à parte do FT possivelmente já que em contatos anteriores o banco se mostrou resistente à doação diretamente no Fundo, o que daria continuidade ao arranjo de hoje com subprojetos destacados com relação ao POA padrão das UCs. Thiago considera que como estratégia de futuro a primeira opção talvez seja melhor, incorporando esse apoio como parte das atividades necessárias à consolidação de UCs na Amazônia. Manoel ressalta que trata-se de uma negociação, e que poderia ser obtido um arranjo como o feito com a MAC, eliminando a questão dos recursos serem aportados ou não no Fundo.

Meg pergunta se o apoio a esses subprojetos seria um valor além dos US\$30 mi doados ao Arpa, e Adriana esclarece que estaria dentro do valor dessa doação.

Paulo passa a palavra à Rosa para um ponto extra pauta. Rosa inicia comentando que há um esforço do governo federal para arrecadar impostos e explica que o Funbio foi autuado pela receita federal com a cobrança de COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social). Existe uma lei que isenta o 3º setor desse pagamento, que é um imposto sobre a receita, mas em 2002 a receita federal lançou uma instrução normativa (IN) que classifica e restringe o que seria receita para o 3º setor, abrindo espaço para a cobrança do COFINS para as ONGs.

Existem casos anteriores, especialmente de instituições educativas sem fins lucrativos que entraram com recursos e ficaram isentas do pagamento, já que a IN diz que atividades que são contaprestacionais não são receitas do 3º setor, portanto não entrariam na isenção. No entanto, Rosa explica que tudo o que é feito pelo 3º setor é contraprestação, como no caso das doações do Fundo Amazônia, por exemplo, já que apesar de não haver emissão de nota fiscal o dinheiro recebido não é livre, e sim atrelado a um projeto que precisa ser executado. Já foi publicada no CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) uma súmula que diz que a IN é ilegal, já que modifica uma lei, e que as prestações de serviços das instituições de 3º setor que são para cumprir a missão da instituição são isentas de COFINS.

O Funbio já entrou com um recurso contra a multa, que foi calculada sobre todos os recursos do Funbio, inclusive os que foram para os projetos, e não apenas sobre a receita. Os advogados acreditam que a chance de perder é quase inexistente, mas o Funbio quer aproveitar a oportunidade e está trabalhando com Marcelo Cruz e com o ministro Sarney para tentar revogar esse parágrafo da IN, que ameaça o funcionamento de todo o 3º setor e impossibilita as doações internacionais. A revogação da IN compete à receita federal. Enquanto o caso tramita, com previsão mínima de 4 anos para resolução, o Funbio pode seguir com suas operações normalmente.

VII. Item 7 Da Pauta Aprovada: Atualização sobre Condições de Desembolso

Thiago inicia explicando que ao final de 2017 será realizada uma análise mais abrangente de todas as condições de desembolso, que irá orientar a alocação de recursos do FT nos POAs 2018/2019.

Apresenta então apenas as condições que são examinadas com maior regularidade e que apresentaram alterações no período.

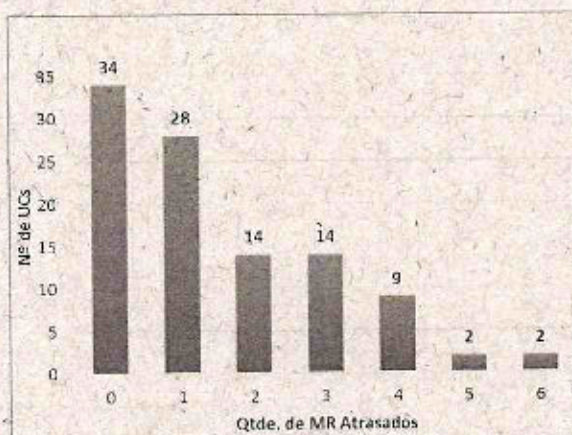
A condição de desembolso nº 10, que fala da performance de consolidação, que está relacionada diretamente com o Plano de Consolidação elaborado por cada órgão gestor. Para cada marco referencial, o OG informa quais UCs tiveram as metas atingidas ano a ano até a consolidação final em 2019. Foram utilizados os dados obtidos através da FAUC de 2016, que mostraram que 16 UCs se consolidaram nesse período, sete a mais do que a meta esperada (nove UCs):

Nº	Condição de Desembolso	Descrição	Resultados	Status de Cumprimento
10	Performance de consolidação	% do total agregado da meta de consolidação alcançada pelas UCs (excluindo o nível de pessoal), conforme especificado no plano de consolidação por OG.	▪ 16 UCs já se consolidaram até o ano de 2016, 7 a mais que a meta para o período, que era de 9 UCs;	Todos os OGs Cumpriram

O monitoramento dessa condição de desembolso é feito por meio de ofícios enviados aos OGs solicitando esclarecimentos sobre atrasos em relação ao Plano de Consolidação. ICMBio, AM e RO tiveram um avanço além do esperado.

A maior parte das UCs (34) não tem atraso com relação aos MRs, e 28 tem atraso em um MR apenas. A maior parte dos atrasos é no MR Monitoramento e Pesquisa (37 UCs) em função do atraso na definição do protocolo mínimo, que foi feita em 2015 em conjunto com o ICMBio/DIBIO e agora estamos avançando na capacitação de todos os OGs e implementação das estações amostrais em campo. O segundo MR com maior atraso é o de Plano de Manejo (24 UCs), devido à extensão do processo de construção dos Planos. Em terceiro está o MR de Equipamentos (23), e Thiago ressalta que caberia avaliar se o atraso nos equipamentos se deve à depreciação destes, à demora na aquisição/entrega ou a dificuldades dos gestores em solicitar os equipamentos devidos. Foi solicitado aos OGs que analisem os POAs das UCs para que sejam solicitadas todas as atividades previstas e que ainda não tenham sido iniciadas, para que se possa priorizar os processos mais estratégicos.

Com relação à demarcação, 4º MR com maior atraso (15 UCs), Thiago explica que existem dificuldades inerentes que devem ser atacadas por meio de uma articulação entre o ICMBio e o Secretário Executivo, junto com o INCRA. Os demais marcos atrasados se devem a questões específicas de cada UC.



Marco Referencial	Nº UCs com atraso no MR
Monitoramento	37
Plano de Manejo	24
Equipamentos	23
Demarcação	15
Conselho	12
Sinalização	9
Instalações	7
Levantamento Fundiário	5
Pesquisa	5
Termo de Compromisso	3

Paulo Sodré pergunta sobre o MR Recursos Humanos, que também está atrasado, mas não foi considerado na apresentação. Thiago informa que de fato há atraso, que é um marco relativo à contrapartida dos OGs, sendo inclusive uma outra condição de desembolso analisada em separado. Em uma próxima reunião serão apresentadas as iniciativas do ICMBio com relação a estratégias de gestão integrada e eficiência em termos de alocação de pessoal de forma a atender às metas estabelecidas pelo programa.

Por fim, Thiago apresenta um quadro com a lista de UCs em estado crítico quanto ao cumprimento do Plano de Consolidação que precisam de avaliação e definição de uma estratégia de recuperação para que possam aderir novamente à estratégia definida no Plano de Consolidação:

ID CNUC	UC	OG	Nº atrasos em MR
151	PARNA Serra do Pardo	ICMBio	6
227	RESEX Maracanã	ICMBio	6
209	REBIO Lago Piratuba	ICMBio	5
3131	ESEC Alto Maués	ICMBio	5
169	PARNA Cabo Orange	ICMBio	4
210	REBIO Trombetas	ICMBio	4
216	REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo	ICMBio	4
222	RESEX Chico Mendes	ICMBio	4
259	RESEX Tapajós-Arapiuns	ICMBio	4
267	PARNA do Jamanxim	ICMBio	4
463	RESEX Guariba-Roosevelt	MT	4
1635	RESEX Rio Xingu	ICMBio	4
1899	ESEC do Rio Roosevelt	MT	4

Maitê questiona quais as razões para os atrasos nessas UCs, e Thiago informa que o detalhamento consta do relatório A do FT, mas que dentre os aspectos apontados estão a restrição orçamentaria, restrição de pessoal, eventos imprevistos como invasões, incêndios ilícitos, entre outros. É importante que os OGs avaliem esses pontos internamente identificando questões prioritárias e definindo estratégias de saída.

VIII. Item 8 Da Pauta Aprovada: Discussão sobre proposta para nova rodada de captações privadas

Paulo passa a palavra ao Arthur Liacre (Anglo). Arthur lembra que na última reunião foi apresentada a proposta de apresentação do programa Arpa direcionada a doadores privados potenciais. Informa que a apresentação foi ajustada de forma a contemplar as críticas e sugestões recebidas, e Raissa Moreira inicia a apresentação.

Arthur explica que buscou-se utilizar métricas que fossem atrativas para o setor privado para apresentar os números do programa. Manoel sugere utilizar os dados do impacto do Arpa na efetividade de gestão e outros dados que mostram claramente o impacto do programa como argumentos de venda, mostrando aos potenciais doadores que existem garantias de que o recurso investido será bem gasto e terá um impacto significativo. Maitê sugere utilizar métricas com enfoque humano também, lembrando que existem pessoas vivendo dentro de das UCs apoiadas.

Arthur agradece os comentários e informa que serão incluídos na versão final da apresentação, que será encaminhada em breve ao CFT. Sugere também que a apresentação seja customizada para cada empresa que se deseja atingir, dentre os setores que forem aprovados pelo Comitê.

Ao final da apresentação, Raissa apresenta uma lista preliminar de setores e empresas a serem abordados para captação. Os setores incluídos foram o alimentício, siderurgia, mineração e energia. Warwick solicita que a apresentação seja encaminhada para que possa fazer alterações e sugestões para construção conjunta dentro do MMA.

Manoel sugere que seja avaliada a situação de mercado de cada empresa, e coloca que o setor financeiro poderia ter potencial de captação também, como o Santander. Sugere que além da apresentação em Power point sejam feitos vídeos com informações atualizadas do programa, facilitando o contato à distância. Sugere também que seja definido e apresentado o argumento final de venda, por exemplo informando quanto falta para atingirmos os US\$215 milhões do modelo de custos inicial.

Discute-se a formação de um grupo para validar a apresentação junto ao MMA, e Paulo demonstra interesse na participação do WWF.

Maitê pergunta se foram definidos critérios para a seleção de empresas ou setores para captação de recursos. Paulo informa que inicialmente foram definidos os setores que seriam contatados ou não, e posteriormente iniciou-se a construção da lista de empresas. Rosa informa que em um momento anterior foi feita uma pré-seleção pelo Gaetani, então representante do MMA.

Warwick solicita o envio da lista de empresas para circulação interna e alinhamento com as diferentes instâncias governamentais envolvidas antes da deliberação pelo CFT, evitando conflitos políticos. Paulo Carneiro considera importante a participação do ICMBio nessa discussão, considerando que o órgão tem relação com diversas das empresas com potencial para captação.

Meg questiona se haveria um mínimo de valor para apoio. Rosa informa que na Fase I a sugestão mínima era de R\$5 milhões, mas que foram aceitas doações de valor menor de acordo com o andamento das negociações junto às empresas.

Warwick pergunta se há definição da contrapartida para a empresa, ou seja, o que seria permitido às empresas fazer com relação ao apoio. Manoel informa que essa discussão não aconteceu até o momento, mas que é uma questão importante considerando que envolve a imagem do governo e outros atores.

Encaminhamento 3: Formar um GT de captação incluindo Anglo, Funbio, WWF e MMA. Sugestão de realizar a primeira reunião na segunda semana de março.

IX. Item 9 da pauta aprovada: Proposta BNDES

Rosa inicia lembrando que houve várias conversas com o BNDES ao longo dos últimos anos e que existe o interesse em apoiar o Arpa, mas os recursos não seriam depositados no Fundo e há o interesse em investir em algumas UCs chave, em temas específicos como o turismo na Amazônia.

Rosa coloca que com a finalização da Fase II e dos recursos doados pela MAC ao FT, pode-se pensar em um modelo de doação em que os recursos doados pelo BNDES fossem executados prioritariamente nos próximos anos. Isso resolveria a questão da não doação diretamente ao Fundo, e durante esse período os recursos depositados no Fundo estariam rendendo. No entanto, Rosa argumenta que é importante deixar claro ao BNDES que os recursos seriam para apoiar o programa como um todo, e não apenas algumas UCs como seria de seu interesse inicialmente. Informa que as discussões junto ao Fundo Amazônia mostraram pouco avanço nos últimos meses, e informa que está agendada uma reunião em 10/03 com Marilene Ramos e Juliana Santiago a respeito da doação para o Arpa. Acredita que a discussão será mais construtiva dessa forma, e que Marilene teria uma visão mais compreensiva do programa como um todo.

Manoel ressalta que o apoio a projetos comunitários é uma temática que dialoga mais diretamente com os interesses do BNDES, e que essa poderia ser uma abordagem. Aponta que os próximos quatro anos seriam os de maior investimento para a consolidação das áreas, o que pode atrair o interesse do BNDES em realizar o investimento já que apoio seria mais materializado considerando o investimento em equipamentos e obras.

Paulo Carneiro aponta que o BNDES no momento só tem autorização para o projeto até 2019, mas Manoel e Rosa acreditam que até o projeto ser elaborado e aprovado esse prazo já deve ter sido ampliado.

Adriana pergunta qual o valor da proposta, e Rosa informa que na proposta inicial do Arpa para a Vida seria o equivalente a US\$30 milhões, o que na época estaria em torno de R\$80 milhões. Manoel sugere R\$80 milhões para financiar os subprojetos do Fundo de Transição e uma proposta adicional de 10 ou 15% desse valor para o apoio aos projetos de apoio comunitário.

Paulo Carneiro fala que o BNDES tem procurando muito o ICMBio e sugere uma estratégia conjunta. Rosa informa que está de acordo, e inclusive já conversou com o Ricardo Soavinski a respeito. Paulo Sodré se coloca também à disposição para participar das negociações.

X. Item 10 da pauta aprovada: Ativos financeiros

Christian informa que todos os desembolsos do KfW já foram realizados.

Com relação à contratação do gestor de ativos, informa que o edital já está pronto e traduzido, aguardando o de acordo do Carsten em Frankfurt. Carsten tem algumas dúvidas a respeito de algumas mudanças na estratégia de investimentos, e foi agendado um call no dia 23/02 com o KfW, a Pragma, Aylton (Funbio) e Paulo Sodré para esclarecimentos. Feito isso, será publicado o edital.

Christian informa que está tentando agendar a vinda do Carsten para participar do Beauty Contest para seleção da empresa no Brasil, mas que está enfrentando algumas dificuldades internas. Se não for possível, será realizado por videoconferência.

Maitê pergunta sobre a previsão de divulgação do edital, e Christian informa que deve ocorrer ainda em março.

Com relação à transferência de recursos FAP, Christian informa que o novo responsável no Ministério da Alemanha não aceitou a transferência, e, portanto, será necessário manter os recursos em duas contas separadas.

XI. Item 11 da pauta aprovada: Execução Financeira

Ilana apresenta as informações de execução financeira do programa. Dos R\$36,9 milhões planejados de novembro/2014 a dezembro/2017, foram solicitados até janeiro/17 R\$13,9 milhões. Desses, o valor já executado (pago) somado ao comprometido atinge R\$10,6 mi, ou 76% do total solicitado.

Welles solicita que seja informado o período ao qual se refere cada coluna, e Ilana esclarece que se referem ao total da Fase III, sendo o Planejado referente ao período de novembro/2014 a dezembro/2017 e o Executado referente a novembro/2014 até janeiro/2017:

Planejado (nov/14–dez/17)	Recursos solicitados (nov/14–jan/17)	Recursos executados (nov/14–jan/17)	Recursos comprometidos (nov/14–jan/17)	Executado + Comprometido (nov/14–jan/17)	%
R\$36.966.477,20	R\$13.918.421,38	R\$ 10.072.956,26	R\$ 622.067,29	R\$10.695.023,55	76%

Meg ressalta que os recursos da MAC já foram quase completamente executados.

Manoel argumenta que, com o fim dos recursos da MAC, não há mais a necessidade de estimular a aceleração da execução dos recursos e sugere que seja feito um esforço para avaliar como se comporta o saldo atual do FT frente à demanda real das UCs. Explica que o planejado é o valor que foi deixado disponível às UCs, e que o solicitado reflete o que foi efetivamente necessário no período. Argumenta que do ponto de vista da gestão do FT nos interessa buscar o alcance dos marcos referenciais, mas que não há pressa em executar os recursos de forma maximizada e que o deve ser feito um esforço para buscar o ponto ótimo da curva de execução, sem a necessidade de pressionar os estados a aumentar sua contrapartida em curto prazo, dando mais tempo para esses ajustes especialmente considerando o momento econômico do país. Sugere que seja feita uma nova modelagem e apresentados na próxima reunião diferentes cenários e estratégias de alocação de recursos. Ilana informa que a revisão do modelo de custos está programada para ocorrer nos próximos meses, e que a UCP contratou um consultor para auxiliar nessa revisão.

Ilana prossegue apresentando a execução média mensal, que vem subindo e atingindo seu pico máximo em dezembro de 2016, superando R\$1,2 milhões. A execução média mensal do FT no último quadrimestre foi de R\$750 mil, resultando em uma projeção de execução de aproximadamente

R\$18,8 mi até dezembro de 2017 caso sejam mantidas apenas as 35 UCs que já se encontram atualmente no FT. Caso haja a necessidade de migração de UCs devido à finalização dos recursos da Fase II, essa projeção de execução pode ser bastante superior a essa.

Renata esclarece que a tendência de aumento da contrapartida é calculada considerando o custo em 2039, que terá que ser todo coberto pelos estados e ICMBio, e em quanto há hoje de contrapartida, sendo então considerado um crescimento anual linear. Sendo assim, não existe essa relação entre a execução dos recursos e a contrapartida, e sim com o custo final estimado para 2039.

Manoel coloca que a ideia é não penalizar os estados porque estão passando por limitações financeiras em curto prazo, e que um investimento grande necessita de uma contrapartida para sua manutenção. Sendo assim, considerando a situação atual da maioria dos estados talvez fosse interessante desacelerar os investimentos, caso contrário os custos de manutenção desses investimentos acabarão recaindo sobre o próprio FT.

Retornando à apresentação, Thiago solicita que as informações financeiras sejam apresentadas por POA, e não para o total do FT já que os valores planejados e não executados de um POA não estão mais disponíveis para execução.

Ilana passa a palavra ao Manoel, que apresenta os prazos para compras e contratações definidos pelo Funbio. Manoel inicia falando sobre a nova estratégia de planejamento no Cérebro que está sendo testada no GEF Mar, com sucesso até o momento. O modelo já está no sistema, e no próximo ciclo de planejamento deverá ser utilizado também no Arpa.

Além disso, apresenta as novas modalidades de compras que vem sendo desenvolvidas e utilizadas como a estratégia registro de preço, autorizado recentemente pelo Banco Mundial e que auxiliará muito a aquisição de bens ainda em 2017, já que um único processo de contratação poderá ser utilizado para adquirir diversos itens dentro da mesma especificação padrão. Thiago pergunta se seria necessário pedir não objeção dos demais doadores, já que nessa fase piloto foi ajustado apenas com o Banco Mundial. Manoel esclarece que será necessário ajustar o manual do FT para que reconheça isso, e que por enquanto vem sendo utilizado para o GEF apenas devido à necessidade de esgotar esses recursos até agosto de 2017.

Apresenta outras inovações desenvolvidas no período para acelerar os processos, tais como a organização das séries históricas e revisão de valores para planejamento mais próximo da execução, a atualização das especificações padrão disponíveis no sistema, ampliação do cadastro de fornecedores do Funbio e a implementação de piloto de contratos para combustível, alimentação e refeição no GEF Mar, com aplicação posterior no Arpa.

Manoel esclarece que será necessário alterar a estratégia de implementação do cartão combustível no Arpa para atender ao modelo de controle utilizado no ICMBio, responsável pela maioria das UCs apoiadas no programa. Julia explica que o ICMBio utiliza um cartão para cada equipamento ao invés de um cartão para cada gestor, o que permite um maior controle de frota. Manoel esclarece que a modalidade de cartão combustível adotada no Arpa deverá seguir esse modelo de controle.

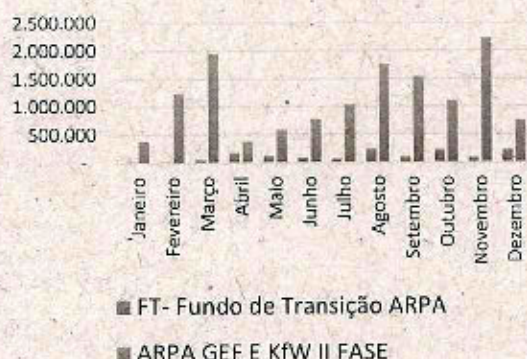
Manoel apresenta a ferramenta de gestão de prazos desenvolvida pelo Funbio. Para isso, foram utilizadas como referência as séries históricas de aquisições das diferentes categorias de compra para contabilizar os tempos necessários para cada processo em horas e dias para as diferentes categorias de itens adquiridos. Isso possibilita uma visão de produtividade de cada comprador e a priorização das solicitações de compras.

É apresentada uma tabela comparando o tempo meta para aquisição ou contratação de cada item com o tempo médio real de aquisição desses itens. Manoel informa que com base nesses dados estão sendo desenvolvidas as estratégias para reduzir o tempo médio de aquisição dos itens com maior demora e os atrasos nas categorias mais críticas. Esclarece que os números necessitam ainda de calibração, mas que dão uma ideia do caminho a ser perseguido.

Manoel ressalta também que existem outros fatores relacionados ao tempo total de aquisição e entrega de um produto, que não estão relacionados aos compradores. Dentre eles, cita o tempo de resposta de especificações e termos de referência imperfeitas ou com valores subestimados postos em ajuste, o tempo de não objeção dos doadores, atrasos na entrega por parte do fornecedor e os tempos de publicação dos termos de doação junto aos órgãos gestores. Esclarece também que serão trabalhados os prazos junto às demais áreas que podem influenciar no processo de compras dentro do Funbio, como a gerencia e o financeiro.

Por fim, apresenta os dados de execução de compras, mostrando que a execução de 2015 para 2016 aumentou muito e que a execução Fase II ainda é muito superior à do FT. Thiago comenta que parte dessa diferença de execução entre as fases tem relação com a escolha das UCs que passariam para o FT, já que foram selecionadas aquelas já consolidadas ou muito próximas de se consolidar, demandando, portanto, apenas recursos para manutenção, e não tanto para investimento.

Comparativo Execução Arpa II x FT



Executado 2015 x 2016



XII. Item 12 da pauta aprovada: Migração de UCs da Fase II para FT – Aporte adicional

Ilana apresenta os dados de finalização dos contratos da Fase II, e informa que tanto o contrato com o Banco Mundial quanto o do KfW já tem seu saldo comprometido quase integralmente. Em reunião recente entre Funbio, MMA e ICMBio foi desenhada a estratégia de acompanhamento e possível migração antecipada das UCs da Fase II para o Fundo de Transição.

Considerando a aceleração da execução desde 2015 e a perda cambial ao longo do último ano, houve uma redução acelerada dos recursos da Fase II. Neste cenário, é provável que seja necessário realizar a migração de algumas UCs ainda em 2017, antes da finalização do POA atual. Para tal foram definidos alguns critérios:

1. priorização dos subcomponentes que não tem previsão de apoio no FT (2.2, 2.3, 2.4, 3.2, 4.3, 4.4), e que, portanto, precisam ter os recursos garantidos na Fase II até o fim de 2017;
2. levantamento junto à UCP e OGs das demandas restantes para execução em 2017;
3. planejamento da demanda;
4. definição das UCs a serem migradas para o FT.

Thiago informa que há um planejado de R\$16 mi nos subcomponentes não apoiados pelo FT, que, portanto, seriam críticos considerando que o saldo livre atual é de cerca de R\$8 mi. Desta forma, UCP considera que talvez seja necessário migrar todo o bloco de UCs com apoio no 2.1 para o FT, antes da próxima reunião do CFT.

Julia Zapata coloca que o ICMBio fez um contato com todas as UCs da Fase II e com os subcomponentes sob sua responsabilidade, de forma a levantar o que ainda será executado e quais são os gargalos de execução. Ilana lembra que as UCs poderão seguir executando o que estava planejado para este POA após este processo de migração, a diferença será apenas a fonte dos recursos que passa a ser FT.

Welles questiona se há saldo de recursos que ainda não estão planejados e Ilana esclarece que todo o recurso está planejado e o saldo livre é referente aquilo que ainda não foi solicitado e, portanto, ainda não está comprometido em contratos.

Thiago destaca que UCP quer evitar um replanejamento neste momento, já que este ano teremos o ciclo de planejamento do próximo biênio. Desta forma, a ideia seria migrar todos os POAs como estão para o FT, considerando o saldo do planejado de cerca de R\$ 50 milhões. Os desembolsos necessários, poderão ser informados pelo Funbio de acordo com a taxa de execução.

Funbio, ICMBio e MMA terão uma reunião no dia 24/02 para avaliar o planejamento das UCs federais. Thiago sugere uma outra reunião no início de março para definição dos detalhes da migração para apresentação ao CP e CFT.

Paulo Carneiro comenta sobre o decreto de 24/01/2017 que alterou a estrutura do ICMBio estabelecendo uma unidade administrativa especial na região da BR163 não mais baseada em UC a UC, mas sim em um bloco de 12 UCs, das quais 4 são apoiadas pelo Arpa. Sugere que seja debatido na próxima reunião do CFT, já que irá alterar a estrutura de avanço em relação aos marcos referenciais e às condições de desembolso, devido à nova gestão integrada. Será necessária uma adaptação desse modelo ao funcionamento do programa Arpa. Até o momento foram identificados

14 blocos, sendo 13 deles NGIs (feito por portaria do ICMBio) e um 14º que foi feito por meio de decreto presidencial.

Manoel coloca que seria importante avaliar a reestruturação dos modelos de POA desses NGIs no programa, considerando a eficiência de gestão que esses novos modelos podem trazer. Thiago lembra que o Arpa apoia estas iniciativas de gestão integradas e o MMA enxerga isso com bons olhos em termos de otimização de recursos e pessoal. Warwick sugere que o ICMBio e MMA alinhem essa questão internamente para trazer ao CFT para discussão e encaminhamentos.

Encaminhamento 4: Funbio e MMA terão uma reunião no início de março para definir quantas UCs irão migrar, quando e qual seria o montante aproximado para essas UCs no FT.

XIII. Item 13 (adicional): Proposta de alteração ao Manual Operacional do Programa Arpa Fase III
Thiago sugere a inclusão de um item no módulo 2, anexo 2.4 do MOP (Despesas Elegíveis – Lista de Bens e Serviços Financiáveis pelo FT), incluindo a) Capacitação de membros de Conselhos Gestores dentro do Marco Referencial b) Formação e manutenção do Conselho para Atividades de Consolidação Grau I e Grau II.

Todos os membros aprovam a alteração, que será feita pelo Funbio e encaminhada aos membros do CFT.

Deliberação: Aprovada a alteração do MOP e a inclusão desta atividade como elegível no Programa.

Encaminhamento 5: Funbio encaminhará a nova versão do MOP já contemplando esta alteração.

XIV. Encerramento

Maitê solicita alteração da data da reunião de setembro, pois não poderão participar na data marcada inicialmente (20 e 21 de setembro). Sugere-se 26 e 27/09/17.

Encaminhamento 6: Funbio encaminhará um e-mail informando e confirmando as novas datas do CFT e CP para 26 e 27 de setembro.

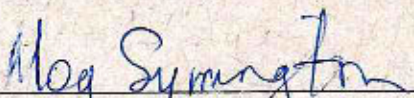
Finalizados os assuntos previstos, Paulo Sodré encerra a reunião.

Quadro de Encaminhamentos e Deliberações	Responsáveis
Deliberação: Aprovada a alteração do MOP e a inclusão desta atividade como elegível no Programa.	
Encaminhamento 1: Criação de um grupo de trabalho que irá reavaliar as propostas levando em conta a representatividade, importância para biodiversidade e a conectividade de cada uma, dando maior subsídio para a deliberação do CFT. Realização de reunião conjunta desse GT com o PCA ao final de março de 2017 e encaminhamento da deliberação ao CFT.	MMA/ Funbio
Encaminhamento 2: Revisar os estudos já apoiados com recursos do programa, verificando porque foram suspensos e a possibilidade de prosseguimento. Com base nessas informações, deliberar na próxima reunião sobre o apoio ou não aos processos de criação pelo FT.	MMA
Encaminhamento 3: Formar um GT de captação incluindo Anglo, Funbio, WWF e MMA. Sugestão de realizar a primeira reunião na segunda semana de março.	Anglo/ Funbio/MMA
Encaminhamento 4: Funbio e MMA terão uma reunião no início de março para definir quantas UCs irão migrar, quando e qual seria o montante aproximado para essas UCs no FT.	MMA/Funbio
Encaminhamento 5: Funbio encaminhará a nova versão do MOP já contemplando esta alteração.	Funbio
Encaminhamento 6: Funbio encaminhará um e-mail informando e confirmando as novas datas do CFT e CP para 26 e 27 de setembro.	Funbio

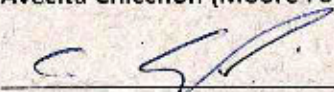
Brasília, 21 de fevereiro de 2017.

Membros do CFT institucionais:


Antonio Paulo Sodré (WWF/Brasil)


Meg Symington (WWF/US)

ausente
Avecita Chicchon (Moore Foundation)


Christian Lauerhass (KfW)

ausente
Gustavo Fonseca (GEF/Brasil)

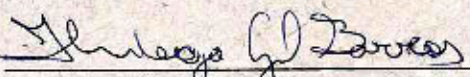
Membro CFT Corporativo:

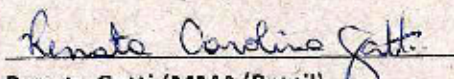
Arthur Liacre (Anglo American)

Membro CFT Governo:


Warwick Manfrinato (MMA/Brasil)

Equipe técnica do Governo:


Thiago Gil Barros (MMA/Brasil)


Renata Gatti (MMA/Brasil)

Consultor Intrínseco:


Paulo Amorim

Paulo Carneiro (ICMBio)

Secretaria Executiva do CFT:

Rosamaria Lemos de Sá

Rosa Lemos

Secretária Geral do Funbio

M. Serrão

Manoel Serrão

Superintendente de Programas do Funbio

Ilana Nina de Oliveira

Ilana Nina de Oliveira

Gerente do Programa Arpa no Funbio

Clarissa S. Pimenta

Clarissa Scofield Pimenta

Assistente do Programa Arpa no Funbio